

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 20 a 24 de setembro, em Brasília.

## BOLSONARO NA ONU, QUESTÕES ECONÔMICAS & RETA FINAL DA CPI

**O Presidente Jair Bolsonaro está em Nova York para a Assembleia Geral da ONU.** O Presidente do Brasil fará o discurso de abertura do evento e também participará de reuniões bilaterais com os líderes do Reino Unido, Boris Johnson, e da Polônia, Andrzej Duda. Bolsonaro não sinalizou quais temas abordará em seu discurso, mas a expectativa é de que sejam mencionados assuntos relacionados ao meio ambiente, às perspectivas econômicas e à vacinação no Brasil.

**Enquanto isso, questões econômicas seguem na pauta em Brasília.** Nesta terça (21) e quarta (22) o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne para discutir a taxa básica de juros, a Selic, fixada atualmente em 5,25%. A tendência é que a taxa aumente para 6,25%, na tentativa de conter o aumento da inflação – *o mercado financeiro estima que a Selic encerre o ano em 8,25%*.

**Na Câmara, o Governo articula avanço na PEC dos Precatórios.** Na última quinta (16), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou a admissibilidade da PEC que permite o parcelamento dos precatórios. Agora, a matéria deverá ser analisada por uma Comissão

Especial – *o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), defende que a proposta seja aprovada com celeridade.*

**Já no Senado, a CPI da Pandemia entra em sua fase final.** O relator do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB/AL), prepara os últimos detalhes de seu relatório, que deve ser desfavorável ao Governo. Por outro lado, aliados do Presidente Bolsonaro já trabalham em um relatório paralelo – *o qual não deve ser aprovado, haja vista a vantagem numérica da oposição na CPI.* Além disso, a comissão pretende ouvir novamente o ministro Marcelo Queiroga (Saúde), em virtude do anúncio da suspensão da vacinação de adolescentes sem comorbidades.

**Ainda nesta semana, o Planalto inicia negociação sobre projeto de moderação das redes sociais.** Após o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), devolver a MP 1068/2021, que tratava de regras para a moderação nas redes sociais, o Governo resolveu dar continuidade ao tema, mas por meio de um projeto de lei – *nessa forma, não há regras que entrem em vigor imediatamente e os parlamentares terão mais tempo para discutir a matéria.*

## Destques da Semana

### Terça

- O [presidente Jair Bolsonaro](#) realiza seu terceiro discurso na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York.
- O Plenário da [Câmara dos Deputados](#) pode votar o [PL 1026/2021](#), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País (IPCA);
- O Plenário do [Senado Federal](#) pode votar o [PLS 261/2018](#), que trata do Marco Legal das Ferrovias.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro** encontra-se em Nova York, para a Assembleia-Geral da ONU, onde realizara seu terceiro discurso na Organização na terça (21). Nesta segunda (20), o presidente reuniu-se, nesta segunda (20), com o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, e recebeu uma homenagem oferecida pelos representantes permanentes do Brasil junto às Nações Unidas.

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro - Paulo Guedes** integra a comitiva oficial do governo brasileiro na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, onde cumpre agenda oficial. Participou, nesta segunda (20), de reuniões com os secretários Marcelo Guarany (Executivo) e Bruno Funchal (Tesouro e Orçamento).

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente - Roberto Campos Neto** participou, nesta segunda (20), da reunião do Central Bank Governance Group, promovida pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), por videoconferência.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 recuou de US\$ 71 bilhões para US\$ 70,7 bilhões de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 avançou de 8% para 8,35%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa para o crescimento de 5,04%. O mercado financeiro também subiu de 8% para 8,25% ao ano a previsão para a Selic no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio do dólar americano no fim de 2021 ficou estável em R\$ 5,20.

### MEC

Ministério da Educação

**Agenda do Ministro - Milton Ribeiro** participou, nesta segunda (20), da cerimônia de abertura da Semana do Técnico Industrial, organizada pela Legião da Boa Vontade em Brasília. Ademias, reuniu-se com o deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLICANOS/AM), para tratar sobre o curso de medicina em Tianguá-CE e o Sistema de Financiamento Estudantil (SIFES).

### MME

Ministério de Minas e Energia

**Agenda do ministro - Bento Albuquerque** participou, nesta segunda (20), da conferência 65ª da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Ademias, reuniu-se com o diretor geral da AIEA, Rafael Gross, em Viena/Áustria. A conferência acontece até 22 de setembro.

Na quinta (23) o ministro participa do II Workshop Inventários Hidrelétricos Participativos, promovido pela ANEEL, com transmissão ao vivo pelo canal da ANEEL no [YouTube](#).

## Poder Legislativo

### Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode apreciar, entre outros itens, o [PL](#)

[1026/2021](#), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA; o [PL 2949/2020](#), que dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia; e o [PL 2380/2021](#), que dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

### Senado Federal

No Plenário do **Senado Federal** constam três medidas provisórias: a [MPV 1049/2021](#), que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); [MPV 1050/2021](#), que dispõe sobre a fiscalização do excesso de peso dos veículos; a [MPV 1052/2021](#), que altera participação federal e regras de repasse de recursos federais a fundos de desenvolvimento regionais. Além disso, podem ser apreciados outros projetos, como a [PEC 13/2021](#), que desobriga a aplicação de percentuais mínimos no ensino, no exercício de 2020, em razão do desequilíbrio fiscal ocasionado pela pandemia; o [PLS 261/2018](#), que trata do Marco Legal das Ferrovias.

## Comissões

### TECNOLOGIA

Câmara | CCTCI | Segunda (20) | 14h30

#### CIDE-Digital

**Audiência Pública** – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realizou audiência pública para debater o [PL 2358/2020](#), que institui a *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a receita bruta dos serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CIDE-Digital)*. Entre outros, foram convidados o presidente da Federação Assespro, **Ítalo Nogueira**; o diretor vice-presidente da ABDF, **Sérgio Rocha**; o coordenador do Grupo de Trabalho de Assuntos Tributários da câmara-e.net, **Rodrigo Petry**; e o diretor executivo da ALAI, **Raúl Echeberria**.

Câmara | GT-NET | Sexta (20) | 09h00

#### Fake News

**Audiência Pública** – O Grupo de Trabalho para Aperfeiçoamento Legislação Brasileira – Internet promove audiência pública com o tema “*Criminalização da Desinformação - Uma boa saída?*”. Participam do debate, dentre outros, a procuradora regional da República e membro do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da 2ª Camara de Coordenação e Revisão do MPF, **Dra. Neide Cardoso de Oliveira**; representando o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, **Marlon Reis**; e, representando a Abradep, **Fernando Neisser**.

Câmara | CFFC | Terça (21) | 17h00

#### Editais do 5G

**Audiência Pública** – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro do TCU, **Aroldo Cedraz**, para debater a implantação da rede 5G no Brasil e as questões políticas envolvidas na realização da licitação.

Câmara | CSSF | Quinta (23) | 14h00

|  |  |  |
|--|--|--|
| Identificação Civil Nacional                         | <b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Seguridade Social e Família promove audiência pública com o tema “Fazer-se cumprir a <a href="#">Lei 13.444/2017</a> e o <a href="#">Decreto 9.723/2017</a> que ‘Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)’, com o objetivo de tornar o CPF a chave única da relação entre o cidadão e o SUS”. Participam do debate o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (ME), <b>Caio Paes de Andrade</b> ; o assessor-chefe de Gestão de Identificação do Comitê Gestor da ICN, <b>Iuri Kisovec</b> ; e o diretor do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), <b>Merched de Oliveira</b> . |  |
| <b>SEGURANÇA</b>                                     | Câmara   CCTCI   Quarta (22)   10h00   |  |
| <a href="#">Acordo Brasil-EUA</a>                    | <b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realiza debate sobre o <a href="#">Acordo Brasil-EUA para pesquisa e desenvolvimento no campo militar</a> . Entre os convidados está o secretário de Produtos de Defesa (MD), <b>Marcos Degaut</b> ; o chefe da Divisão de Assuntos de Defesa (MRE), conselheiro <b>Herbert Drummond Neto</b> ; e o professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e da UFRJ, <b>Luís Rebelo Fernandes</b> .  |  |
| <b>ECONOMIA</b>                                      | Câmara   CDEICS   Quarta (22)   16h00  |  |
| <a href="#">Alíquotas IPI</a>                        | <b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços realiza debate sobre a alteração de alíquotas do imposto sobre a importação de produtos ( <a href="#">PL 537/2021</a> ). Entre os convidados está um representante do Ministério da Economia; o presidente da CBIC, <b>José Carlos Martins</b> , o gerente de Políticas de Integração Internacional da CNI, <b>Fabrizio Sardelli Panzini</b> ; o presidente da ABINEE, <b>Humberto Barbato</b> ; o diretor de Relações Institucionais da ABIQUIM, <b>André Passos</b> ; e o presidente executivo da BRASSCOM, <b>Sérgio Paulo Gallindo</b> .                    |  |
| <b>COVID-19</b>                                      | Câmara   CFFC   Terça (21)   09h00   |  |
| <a href="#">Comparecimento de ministro de Estado</a> | <b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promove audiência recebe o ministro da Cidadania, <b>João Roma</b> para prestar esclarecimentos sobre o <a href="#">auxílio emergencial nos anos de 2020 e 2021</a> , e debater as <a href="#">ações empreendidas pelo Ministério na concessão do auxílio emergencial</a> .  |  |
| <a href="#">Vacinas</a>                              | Câmara   CEX-COVID19   Terça (21)   15h00  | <b>Audiência Pública</b> – A Comissão Externa de enfrentamento à COVID-19 promove audiência pública para debater sobre a necessidade de mais uma aplicação dos imunizantes disponíveis no Brasil contra a Covid-19, retomando os grupos prioritários iniciais, em especial os profissionais da saúde. Entre os convidados está a secretária extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, <b>Rosana de Melo</b> ; o diretor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), <b>Hisham Hamida</b> ; o vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), <b>Nésio de Medeiros Júnior</b> ; e a conselheira Federal de Medicina, <b>Natasha Fraife Barreto</b> . |
|  | Senado   CTCOVID19   Segunda (20)   10h00  |  |

## Grau de Vulnerabilidade dos Municípios

**Audiência Pública** – A Comissão Temporária COVID-19 realizou audiência pública para debater o estudo realizado pelo Instituto Votorantim que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal de 2021-COVID19 e classificou os municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia. Dentre os expositores, o chefe do Departamento de Educação e Investimentos Sociais do BNDES, **Conrado Leiras Matos**; o gerente do Instituto Votorantim, **Rafael Pompeia Gioielli**; e o professor da FM-SP, **Esper Geroges Kallas**.

## CPI PANDEMIA

Senado | CPIPANDEMIA | Terça, Quarta e Quinta | 09h30

## Covid-19

**Oitivas** – A CPI ouve os seguintes depoimentos: na terça-feira, **Wagner de Campos Rosário**; ministro da Controladoria Geral da União; na quarta-feira, **Pedro Benedito Batista Júnior**, diretor executivo da *Prevent Senior*; e na quinta-feira, **Danilo Berndt Trento**, sócio da empresa *Primarcial Holding e Participações LTDA*.

## Política

**Diretório do PSDB no Paraná anuncia apoio a Eduardo Leite nas prévias.** O diretório estadual do PSDB no Paraná anunciou no sábado (18) apoio à candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, nas prévias do partido. O governador enfrenta João Doria (PSDB-SP) para ser o nome tucano para a Presidência da República na corrida de 2022. O governador gaúcho agradeceu o apoio “total e irrestrito” dos tucanos paranaenses. “Para mim, é uma responsabilidade receber esse apoio de um Estado em que o PSDB já fez muito, faz muito e tenho certeza vai ter capacidade de fazer ainda mais. Me honra, me orgulha e, ao mesmo tempo, me enche de responsabilidade”, disse. “Nós não vamos desapontar os paranaenses, vamos ganhar essas prévias e fazer um belo trabalho no Brasil”. Fonte: Poder 360

**Alckmin e Haddad lideram disputa para governo de SP, segundo Datafolha.** O ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) lidera a disputa para o governo de São Paulo em 2022, com 26%, segundo pesquisa Datafolha, divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo. Em seguida, aparece o ex-prefeito Fernando Haddad (PT), com 17%. A pesquisa entrevistou 2.034 pessoas entre os dias 13 e 15/9. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. Em seguida, aparecem Márcio França (15%) e Guilherme Boulos (11%). Já no cenário sem Alckmin, Haddad lidera com 23% e o vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB) aparece em quinto lugar, com 5%. 17% dos entrevistados pretendem votar branco ou nulo e 3% ainda não sabem em quem votar. Alckmin também tem a maior taxa de rejeição (36%), seguido de Haddad (34%) e Guilherme Boulos (27%). Fonte: ISTOÉ

**PSL e DEM planejam fusão para outubro e já começam a preparar estatuto.** As cúpulas de DEM e PSL querem oficializar a fusão dos partidos até outubro. Estimam que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) levará de 3 a 4 meses para homologar. A nova legenda precisará desse “ok” até abril para poder disputar as eleições de 2022. Se estiver homologado até fevereiro, terá mais facilidade para conseguir novos filiados na janela partidária que abre em março –sem a homologação, possíveis novos integrantes podem ficar temerosos pelo risco de não poderem se candidatar. Com a perda de filiados de destaque em 2021 e com as perspectivas de que não haverá a volta das coligações partidárias, a cúpula do DEM decidiu negociar um “corpo que pudesse carregar seu conteúdo”, como afirmaram caciques da legenda à Folha reservadamente. De um lado, o PSL, com 53 parlamentares na Câmara, deverá ter um dos maiores tempos de televisão em 2022, além de ter um robusto fundo eleitoral e partidário. Fonte: Poder 360 e Folha de S. Paulo

**Novo pode perder maioria da bancada na Câmara.** Dez dias atrás, ao concluir a votação do texto-base do projeto que altera o Código Eleitoral, o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, fez um comentário sobre um parlamentar do partido Novo que deu o que falar no plenário e nas redes sociais, entre críticos e apoiadores da legenda. “Todos já votaram no plenário? Eu ia perder ali o nosso deputado, futuro progressista,

Marcel Van Hattem", disse Lira, indicando que o parlamentar gaúcho, um dos oito representantes do Novo na Câmara, deixará a legenda e voltará ao PP, do qual saiu em 2018. Quando um deputado o alertou de Van Hattem que era "ex-progressista", Lira não se fez de rogado: "Vai ser futuro. Ninguém se perde no caminho da volta". Fonte: O Estado de S. Paulo

**Renan Calheiros adia entrega do relatório da CPI da Covid para outubro.** O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), adiou a entrega do relatório, que estava prevista para a próxima sexta-feira. A estimativa de sua equipe é que o parecer fique pronto na primeira semana de outubro, ainda sem data definida. A entrega será feita após uma cerimônia de encerramento da comissão. O motivo do adiamento é aguardar o resultado da busca e apreensão na Precisa Medicamentos, realizada em São Paulo na última sexta-feira. Senadores querem saber se haverá fatos novos a partir do material apreendido, como a existência de um contrato entre a Precisa e o laboratório indiano Bharat Biotech, por exemplo. Fonte: O Globo

**Renan diz que pedirá indiciamento de Bolsonaro por prevaricação.** O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), deve pedir em seu relatório final o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por prevaricação ao não acionar os órgãos de investigação sobre denúncias de irregularidades na negociação da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. A informação foi divulgada no domingo (19) pelo jornal O Globo. A expectativa é de que o relator apresente seu parecer na quinta-feira (23). O texto deve destacar os principais pontos investigados pelo colegiado, como a existência do chamado gabinete paralelo, a propagação de uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra o coronavírus, e a demora na aquisição de vacinas. Fonte: Congresso em Foco

**ABJD levará relatório final da CPI da Covid ao Tribunal Penal Internacional.** A ABJD (Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia) irá aguardar o relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid para fazer um adendo na representação da entidade junto ao Tribunal Penal Internacional contra o presidente Jair Bolsonaro. Em abril de 2020, pouco depois da covid chegar ao Brasil, a ABJD protocolou uma representação no órgão internacional acusando Bolsonaro de crime contra a humanidade pela postura do presidente frente à pandemia. Fonte: Poder 360

## Economia

**Aumento do IOF dificulta recuperação da economia, diz Febraban.** A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que aumentos de impostos sobre o crédito, mesmo que temporários, agravam o custo dos empréstimos, particularmente em um momento em que o Banco Central (BC) precisará subir ainda mais a taxa básica de juros para conter a alta da inflação. Segundo a entidade, o resultado é o desestímulo aos investimentos e mais custos para empresas e famílias que precisam de crédito. Fonte: G1 Notícias

**Representantes de trabalhadores temem impacto de mudanças nas regras do FGTS.** Representantes de trabalhadores defenderam, em audiência na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que a Câmara dos Deputados não modifique as hipóteses de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para não comprometer a sustentabilidade do fundo. Segundo o diretor de Fundos de Governo da Caixa Econômica Federal, Edilson Carrogi, em 121 projetos em tramitação analisados, o impacto financeiro estimado é de R\$ 4,6 trilhões, o que é oito vezes maior que o ativo atual do fundo. Fonte: Agência Câmara

**Área técnica do TCU avalia que ações do governo são insuficientes para evitar racionamento.** As medidas adotadas pelo governo na crise hídrica e energética não são suficientes para afastar o risco de o Brasil sofrer com apagões nos próximos meses ou de vir a enfrentar um novo racionamento de energia, aponta relatório da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) ao qual o G1 teve acesso. Além disso, diz o documento, há indícios de que faltam "previsibilidade e razoabilidade" nas ações governamentais e de que não há plano formal para o caso de agravamento da situação. Fonte: G1 Notícias

**Senado faz comissão para analisar crise hídrica e energética.** A comissão temporária da Crise Hídrica no Senado deve ser instalada nesta semana com senadores da oposição. O Poder360 apurou que o colegiado ameaça o governo porque pode descobrir falhas graves na condução da crise no país. Na última semana, o

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), leu os nomes dos integrantes da comissão. O requerimento de criação da comissão foi aprovado em julho e é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN). Segundo o texto, é composta por 11 senadores titulares e outros 11 suplentes e terá duração de 180 dias. Fonte: Poder 360

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (22), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está o RE que discute se as despesas médicas do hospital particular que, por ordem judicial, prestou serviços em favor de paciente que não conseguiu vaga em unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser pagas pela unidade federada pertinente segundo o preço arbitrado pelo prestador do serviço ou de acordo com a tabela do SUS, também será julgado o RE que trata da representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais. Na quinta (23), o Plenário dará continuidade ao julgamento da ADPF que questiona o modelo de distribuição de cotas de salário-educação, sendo que a metodologia utilizada pelo FNDE seria inconstitucional, pois sua divisão não observa somente a quantidade de alunos matriculados na rede pública. Fonte: STF

## Covid-19

**Mais 2,2 milhões de doses da Pfizer são entregues ao Ministério da Saúde no domingo (19).** Mais vacinas Covid-19 chegam ao Brasil no domingo (19) para reforçar o Plano Nacional de Imunização (PNI), do Ministério da Saúde: são mais 2,2 milhões de doses da Pfizer que desembarcam no Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). Os imunizantes chegam em dois voos, cada um com 1,1 milhão de doses. Das mais de 267 milhões de doses distribuídas aos estados e ao Distrito Federal, 65,5 milhões são da Pfizer. Antes de serem distribuídos, os imunizantes passam por um rigoroso controle de qualidade. Fonte: ASCOM MS

## Último Foco

**Ciclo de Oficinas de atualização da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-digital).** A atualização da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) visa fortalecer a transformação digital no país, aproveitando o potencial de tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País. A E-Digital se baseia em dois grandes grupos de eixos temáticos: eixos habilitadores e eixos de transformação digital. O Ciclo de Oficinas ocorrerá dos dias 21 a 24 de setembro das 14h às 18h, de modo virtual. As inscrições podem ser feitas [aqui](#). Fonte: ASCOM MCTI

**Ministério da Economia amplia o uso da compra direta a partir da transformação digital.** O Ministério da Economia (ME) apresentará as inovações do Sistema de Dispensa Eletrônica na segunda-feira (20/9), às 15 horas, em webinar pelo canal do ME no Youtube. A partir de agora, o sistema vai abarcar os demais incisos que constam no artigo 75 da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). “O Sistema de Dispensa Eletrônica é um recurso da transformação digital do governo que está em constante evolução”, explica o secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG) do ME, Cristiano Heckert. “A adaptação da ferramenta às demais hipóteses de dispensa eletrônica possibilitará que o governo federal atue com maior agilidade, como no caso de emergências sanitárias, sem deixar de lado a transparência e o controle sobre os processos”, completa ele. Fonte: ASCOM ME

**Anatel remarca votação do edital 5G para dia 24.** A Anatel vai realizar na próxima sexta, 24/9, uma nova reunião extraordinária para deliberar sobre o edital do 5G. O pedido foi apresentado na segunda, 20/9, pelo conselheiro Moisés Moreira, que pediu vista do processo na tentativa anterior, em 13/9. “Tal solicitação se dá pelo caráter de relevância e urgência afeto à referida matéria, considerando que o objetivo do certame é a

licitação das faixas de 700 MHz, 3,5 GHz, 2,3 GHz e 26 GHz, fundamentais para entregar à sociedade brasileira serviços móveis de última geração, viabilizando uma banda larga móvel mais rápida e de melhor qualidade”, justificou o conselheiro. Ato contínuo, o presidente da agência, Leonardo Morais, já despachou para pedir providências. “A referida reunião deverá ser agendada para o dia 24 de setembro de 2021, às 10h, para deliberação do Edital 5G, em função da análise feita Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 2032/2021-TCU-Plenário”. Fonte: Convergência Digital

**MPDFT cria grupo para avaliar impacto legal dos criptoativos.** O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios criou grupo de trabalho para apurar a evolução tecnológica relacionada a criptoativos e seus impactos de natureza jurídica, além de acompanhar estudos sobre a possível criação de moeda nacional eletrônica e antecipar seus desdobramentos para a Instituição e para a sociedade. A iniciativa é pioneira no país e visa também acompanhar a normatização dos criptoativos no Congresso Nacional, articular com entes públicos e privados o aprimoramento das bases de conhecimento do MPDFT sobre o tema e viabilizar oportunidades de capacitação, não só de integrantes do MPDFT, como da sociedade em geral. O grupo é composto por procuradores e promotores de Justiça e por especialistas nas áreas de Proteção de Dados, Direito do Consumidor, Tecnologia da Informação, Segurança Institucional, entre outras. Fonte: Convergência Digital

**Comissão aprova plano de enfrentamento dos efeitos da pandemia na educação.** A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que fixa normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios para a formulação e a implementação de um plano emergencial de enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 no âmbito da educação (PEE-Educ). O plano deverá conter metas, ações e estratégias para recuperar os prejuízos à educação causados pela crise sanitária e garantir as aulas. Fonte: Agência Câmara

**Secretários pedem recursos, internet e valorização da educação.** Reunidos em Brasília, os secretários municipais de Educação destacam como prioridade para o setor a garantia de recursos para as escolas municipais; a oferta de internet para estudantes e professores; o fortalecimento de políticas de valorização dos profissionais da educação e a promoção de busca ativa, a fim de promover o reingresso de estudantes ao processo educacional. Essas e outras ações foram elencadas em uma carta divulgada sexta-feira (17) ao final do 18º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Nela, os secretários dizem que, apesar de superações vividas no período da pandemia, “ainda há muito a debater, construir e fortalecer, tendo por premissa o direito à educação de todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, moradores do campo ou da cidade”. Fonte: Agência Brasil

**MEC anuncia apoio a itinerário formativo do novo ensino médio.** O Ministério da Educação lançou sexta (17) um programa de apoio financeiro para implementação do itinerário formativo, uma das etapas do novo ensino médio, que será concretizada em 2022 e vai permitir que os alunos aprofundem conhecimentos em uma ou mais áreas de seu interesse. Segundo o ministro da pasta, Milton Ribeiro, foram repassados R\$ 360 milhões para mais de 4 mil escolas selecionadas pelo projeto. Fonte: Agência Brasil

**FNDE consolida normas do PDDE e de suas ações integradas.** Publicada nesta sexta-feira, 17, no Diário Oficial da União (DOU), a Resolução nº 15/2021, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), consolida as normas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de suas ações integradas. O novo normativo traz as diretrizes e orientações sobre os repasses, a execução, a fiscalização, o monitoramento e a prestação de contas do programa. Além de apontar os beneficiários do PDDE, a resolução traz orientações sobre a destinação dos recursos, as condições necessárias para o recebimento dos valores e as atribuições de todos os atores envolvidos na política pública. Também apresenta informações sobre a constituição das unidades executoras próprias – caixas escolares, associações de pais e mestres, conselhos escolares e similares –, que são responsáveis pela gestão do programa nas escolas. Fonte: ASCOM MEC

**FNDE e MEC permitem a repactuação de saldos do PDDE.** O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vão permitir a repactuação de saldos existentes em conta corrente do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e de suas ações integradas. A iniciativa tem por objetivo utilizar recursos já disponíveis, referentes a anos anteriores a 2021 e com destinações diversas, para



o reforço do aprendizado e a ampliação das medidas sanitárias na volta às aulas presenciais nas redes públicas. A resolução que permite alterar a utilização dos valores foi publicada na sexta-feira, 17, no Diário Oficial da União (PDDE). Além de recursos do PDDE Básico, também podem ser remanejados saldos das seguintes ações integradas: Educação Conectada, Escola Acessível, Água na Escola, Escola do Campo e PDDE Emergencial. Fonte: ASCOM MEC

**MEC anuncia pacote de medidas para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica.** O Ministério da Educação realiza, nos dias 23 a 25 de setembro, a primeira edição da Semana Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. O evento marca os 112 anos do ensino profissional no país, com o lançamento de um pacote de ações para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, dentro do programa Novos Caminhos. A cerimônia de abertura contará o anúncio de 14 projetos com foco na gestão e resultados, articulação e fortalecimento e inovação e empreendedorismo. Com o tema Educação Profissional e Tecnológica: um caminho para o futuro, a celebração também dará início a primeira Exposição da Educação Profissional e Tecnológica com a apresentação de projetos, pesquisas e tecnologias desenvolvidas pelas instituições que compõem Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem. Fonte: ASCOM MEC

**Erika Hilton e Maria Marighella pedem que ministro da Educação seja condenado por improbidade.** As vereadoras Erika Hilton (PSOL) e Maria Marighella (PT) —dos municípios de São Paulo e de Salvador, respectivamente— enviaram uma representação ao Ministério Público Federal solicitando a abertura de uma investigação contra o ministro da Educação, Milton Ribeiro. As parlamentares pedem que o chefe da pasta seja condenado por improbidade administrativa. Elas citam falas recentes do ministro, que afirmou ter jogado "na lata do lixo" R\$ 300 milhões com a edição neste ano e declarou ter suspenso a gratuidade na inscrição da prova para "dar disciplina" aos estudantes faltosos. Fonte: Folha de S. Paulo

**Governo cria programa para expandir telecomunicações na Amazônia.** O presidente Jair Bolsonaro editou decreto, na sexta-feira (17), que institui o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais), e cria o seu Comitê Gestor, com o objetivo de implantar rede de transporte de fibra óptica de alta capacidade ao longo dos rios da Região Amazônica e de redes metropolitanas nos municípios conectados à rede de transporte. Segundo o governo, o decreto atende exigências formuladas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União. As redes a serem implantadas permitirão a conexão de estabelecimentos públicos, como instituições de ensino, unidades de saúde, hospitais, bibliotecas, instituições de segurança pública e tribunais. O programa prevê parcerias com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para utilização da capacidade excedente das redes implantadas, garantindo a sustentabilidade econômica da ação e permitindo a oferta de serviços de telecomunicações. Fonte: Agência Brasil

**Governo altera decreto e permite ampliar serviços de acesso à internet.** O presidente Jair Bolsonaro editou decreto para permitir que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) possa prever novos compromissos com as operadoras com o objetivo de ampliar os serviços de acesso à internet, especialmente nas localidades de baixa ou nenhuma conectividade. A norma foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira (17). O texto altera um decreto de 2018, que trata sobre políticas de telecomunicações. Com isso, os compromissos de expansão e de prestação dos serviços fixados pela Anatel em função da celebração de termos de ajustamento de conduta, de outorga onerosa de autorização de uso de radiofrequência e de atos regulatórios em geral serão direcionados não apenas para investimentos em capacidade, como instalação de fibras ópticas, mas expansão da cobertura de redes de acesso móvel e fixa, em banda larga. As mudanças fazem parte de um remodelamento do programa Cidades Conectadas, do Ministério das Comunicações. Fonte: Agência Brasil

**Bolsonaro apresentará ao Congresso projeto para acelerar identificação digital da população.** O presidente Jair Bolsonaro enviará ao Congresso na segunda-feira (20) um projeto de lei para tentar mudar o texto da Lei da Identificação Civil Nacional (ICN), como é conhecida a Lei 13.444 de 2017. De acordo com o Palácio do Planalto, as alterações "visam acelerar o projeto que prevê disponibilizar meios para identificar, de forma segura e digital, todos os brasileiros". O despacho será publicado na edição desta segunda do "Diário Oficial da União". "Mudanças no texto original da Lei 13.444 buscam intensificar a parceria entre o Executivo e o Tribunal Superior Eleitoral, viabilizando os recursos para a implementação da ICN", informou por meio de nota a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República. Fonte: Valor Econômico

**Governo anuncia envio ao Congresso de projeto sobre mesmo tema de MP devolvida por Pacheco.** A Secretaria-Geral da Presidência anunciou no domingo (19) o envio, pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, de um projeto de lei que trata do mesmo tema da medida provisória (MP) rejeitada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na semana passada. Controvertida, a MP devolvida alterava o Marco Civil da Internet com o objetivo de limitar a remoção de conteúdos nas redes sociais. Diferentemente de uma medida provisória, que entra em vigor assim que publicada e depois é analisada pelo Legislativo, um projeto de lei tem um caminho mais longo e precisa ser aprovado por Câmara e Senado antes de passar a valer. Fonte: G1 Notícias

**Tentativa de alteração do Marco Civil da Internet aumenta debate sobre segurança nas redes.** A privacidade e a segurança dos dados não são as únicas preocupações em torno da internet hoje. Principalmente no Brasil, que atualmente vive os efeitos da pandemia de covid-19 e se aproxima do período eleitoral. A mudança do Marco Civil da Internet, proposta pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na Medida Provisória 1.068/2021, publicada no dia 6 de setembro, vem mobilizando especialistas. Apesar da tentativa do governo não ter prosperado, somente a possibilidade das plataformas digitais terem o seu direito de excluir conteúdos cerceado aumentou o debate sobre o tema. Em outras palavras, a Medida Provisória intervinha no direito das plataformas de fazer a moderação do conteúdo colocado em suas redes pelos seus usuários. Ainda que os conteúdos violem os Direitos Humanos ou sejam *fake news*. Fonte: Congresso em Foco

**Iniciativa 5G Brasil questiona falta de tempo para ajustes em regras do leilão.** Reunindo cerca de 370 provedores regionais que avaliam participação no leilão de 5G, a Iniciativa 5G Brasil voltou a questionar o edital para o certame construído pela Anatel e a afirmação de que falta tempo hábil para ajustes no documento. Em comunicado emitido na sexta-feira, 17, o grupo reiterou demandas como o roaming obrigatório e a venda associada das faixas de 3,5 GHz e 700 MHz. Segundo as empresas, as alterações aumentariam a condição de disputa para as regionais, permitindo uma chegada mais rápida do 5G a cidades do interior. "Os ajustes foram negados pela Anatel sob o argumento de que não haveria tempo hábil para as correções", afirma a nota – destacando, contudo, que novas mudanças no formato do edital foram propostas nesta segunda-feira pelo relator do texto na agência, conselheiro Emmanoel Campelo. Fonte: TeleTime

**Moreira diz que decretos trazem conforto para decisão e apresentará voto até quarta.** O conselheiro Moisés Moreira afirmou ao TELETIME que os dois decretos publicados pelo governo para viabilizar o leilão de 5G trazem a ele e ao conselho diretor a segurança jurídica para que o edital possa ser publicado. Ele se refere aos dois decretos publicados na sexta, 17: o Decreto 10.800/21 e o Decreto 7999/21, estabelecendo respectivamente os critérios de governança do Programa Amazônia Conectada e Sustentável (PAIS); e também abrindo a possibilidade de que a rede privativa do governo seja implementada por outros atores além da Telebras. Segundo Moisés Moreira, "estes decretos são importantes não apenas para a nossa decisão no conselho, mas para a própria segurança do edital", diz ele, lembrando que o Tribunal de Contas da União "deu ciência" à Anatel e ao próprio ministério de que estas eram situações que precisavam ser mais bem definidas. "É preciso reconhecer o esforço do ministério de viabilizar dois decretos em prazo tão curto e o esforço de esclarecer a todos os nossos questionamentos". Fonte: TeleTime

**MCom retira exclusividade da Telebras nas redes privadas do governo.** Com pressa para permitir nova apreciação do edital do 5G na Anatel, o governo publicou em edição extra do Diário Oficial da União na tarde da sexta-feira, 17, o Decreto nº 10.799, que altera o Decreto de Políticas Públicas de Telecomunicações. Na prática, ele flexibiliza a regra do Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018 (uma das últimas medidas da administração Michel Temer) que exigia que redes privadas de governo só poderiam ser construídas pela Telebras. Com a nova redação, altera-se o Art. 5º do decreto original, colocando a possibilidade de que o Ministério das Comunicações possa contratar operadoras terceiras para a implantação de serviços da rede privativa para o governo. O texto coloca que as atribuições e compromissos serão estabelecidos em instrumento próprio. Fonte: TeleTime

**Anatel muda metodologia e acompanhamento do mercado de TV paga será menos transparente.** O acompanhamento da realidade do mercado de TV por assinatura com base nos dados da Anatel vai ficar mais complicado. A agência mudou a metodologia de agregação de dados e passou a considerar no seu relatório mensal de acesso também os usuários dos serviços "livres", que são pacotes de DTH apenas com alguns canais abertos e obrigatórios, mas que não têm mensalidade e que eram oferecidos por algumas operadoras

como porta de entrada para o serviço pago. O usuário apenas paga pela instalação do kit de recepção (antena, decodificador e instalação) mas não tem mensalidade, ficando com o acesso limitado a esses poucos canais gratuitamente até que opte por um plano com mensalidade ou pré-pago. A mudança metodológica se deu porque no começo de 2019 a agência passou a considerar, para efeitos regulatórios, esses usuários como assinantes do SeAC (serviço de Acesso Condicionado), mas a base de clientes ainda não aparecia nos relatórios da agência. Isso mudou essa semana, e os dados de julho passaram a incluir esses usuários. Com isso, a base de usuários de TV paga saltou de 13,87 milhões de clientes em junho para 16,37 milhões, ou seja, 2,5 milhões a mais de usuários. Fonte: TeleTime

**Parlamentar propõe silêncio positivo a Conselho Gestor do Fust.** Está pronto para análise da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados o parecer do projeto de lei 1.349/2021, de autoria do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA). A proposta apresenta mudanças significativas na lei do Fust: a imposição de silêncio positivo para o Conselho Gestor do Fust aprovar ou negar projetos e a possibilidade das operadoras de telecomunicações de ficarem totalmente isentas de recolhimento para o Fundo, caso invistam recursos próprios na implantação de infraestrutura de tecnologia de alto nível, como a 5G, em regiões de zona rural ou urbana com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O substitutivo do PL, elaborado pelo relator, deputado David Moraes (DEM-SP) propõe que os requerimentos para a execução dos projetos deverão ser apresentados ao Conselho Gestor do Fundo, acompanhados de estimativa de custos, sendo que o colegiado tem o prazo máximo de 60 dias para apresentar uma resposta. Fonte: TeleTime

**Certificado Digital x Assinatura digital: Empresas querem discutir com governo.** A Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid) criou um Grupo de Trabalho da Comissão Especial de Assinatura Eletrônica com a proposta de "contribuir, de forma colaborativa, com instituições públicas e privadas na orientação e construção de normas, procedimentos e padrões a serem definidos para o uso da assinatura eletrônica no contexto da identificação civil e em outros temas de interesse". De acordo com o Presidente da Abrid, Célio Ribeiro, que preside a Comissão Especial, "É interesse dessa Abrid participar na elaboração de normas, regulamentações, procedimentos e padrões a serem definidos para uso de assinatura eletrônica nesse grande projeto de modernização da identidade civil, mas não limitado ao mesmo. Precisamos assim, criar a inteligência técnica necessária de forma a contribuir em diversas frentes possíveis." Fonte: Convergência Digital

**Brasil sobe cinco posições e fica no 57º lugar no Índice Global de Inovação.** A economia brasileira subiu cinco posições e passou para a 57ª posição entre 132 países analisados na edição deste ano do Índice Global de Inovação. O levantamento foi divulgado na segunda-feira (20) pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO, na sigla em inglês) em parceria com outras instituições. No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) é parceria na divulgação dos dados. Fonte: G1 Notícias

**Governo edita dois decretos para tentar destravar licitação do 5G; Anatel deve retomar análise.** O presidente Jair Bolsonaro editou na sexta-feira (17) dois decretos para tentar destravar a aprovação do edital de licitação da implementação da rede 5G, a nova geração de internet móvel. Na segunda (13), durante votação final do edital na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o conselheiro Moisés Moreira pediu mais tempo para analisar os documentos. Fonte: G1 Notícias

**Mourão defende projeto e diz que remoção de conteúdo das redes é "desorganizada".** O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), afirmou na 2ª feira (20.set.2021) que a remoção de conteúdos em plataformas na internet é feita de forma "desorganizada". Mourão defendeu que o Congresso Nacional decida qual a "melhor forma" de definir o que pode ou não ser excluído das redes. O governo federal enviou no domingo (19.set) um projeto de lei ao Congresso para obrigar as redes sociais a apresentarem "justa causa" para remover publicações e suspender contas de usuários. Fonte: Poder 360

**Governo federal promove 1º Fórum Intersectorial de Saúde Digital.** Para identificar os limites tecnológicos ao avanço da saúde digital no Brasil e mobilizar todas as partes interessadas na temática em uma única mesa de debate, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) – em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para a Saúde (Abimed), com apoio da Agência Alemã de Cooperação

(GIZ) –, realizarão este mês o [1º Fórum Intersectorial de Saúde Digital](#). O evento, de 20 a 24 de próximos, será transmitido pelo Youtube. A saúde digital constitui o conjunto de processos inovadores, em uma infraestrutura de comunicação, informação e tecnologia, que visa a garantia de princípios de equidade, acessibilidade e universalidade na construção de um sistema de saúde. Fonte: ASCOM ME